

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 752.468 - MG (2015/0185180-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**AGRAVANTE** : OLESIA SOARES  
**ADVOGADOS** : LUIZ FERNANDO VALLADAO NOGUEIRA - MG047254  
LUCAS VALLADAO NOGUEIRA FONSECA E OUTRO(S) -  
MG150118  
**AGRAVANTE** : CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO  
DO BRASIL PREVI  
**ADVOGADOS** : DENISE MARIA FREIRE REIS MUNDIM - MG040999  
LUIS GUSTAVO REIS MUNDIM - MG157259  
**AGRAVADO** : OS MESMOS

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73. RECURSO QUE NÃO INFIRMA TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO QUE NÃO ADMITIU O APELO NOBRE NA ORIGEM. INCIDÊNCIA DO ART. 544, § 4º, I, DO CPC/73. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

**DECISÃO**

OLÉSIA SOARES (OLÉSIA) opôs embargos à execução movida pela CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL (PREVI), objetivando a declaração da nulidade de cláusulas abusivas do seu contrato de financiamento de imóvel com pacto adjeto de hipoteca, tais como juros capitalizados, amortização pelo sistema PRICE e do CET (Coeficiente de Equalização de Taxas).

O Juízo de piso julgou parcialmente procedentes os embargos (e-STJ, fls. 221/229 e 239).

Inconformadas, OLÉSIA e PREVI apelaram.

A apelação interposta por OLÉSIA foi parcialmente provida e o apelo da PREVI foi desprovida pelo Tribunal de origem, nos termos da seguinte ementa:

*EMBARGOS DO DEVEDOR - CRÉDITO IMOBILIÁRIO - INICIAL - INÉPCIA - EMENDA - PRESCRIÇÃO - AÇÃO EXECUTIVA - VENCIMENTO ANTECIPADO - PRESCRIÇÃO - VENCIMENTO DO TÍTULO - PRESTAÇÃO - ATUALIZAÇÃO - AMORTIZAÇÃO - TABELA PRICE - APLICAÇÃO - LIMITE TÉCNICO.*

*A inépcia da inicial fundada no não cumprimento da norma do art. 50 da Lei n. 10.931/2004 (discriminação do valor incontroverso) não pode ser declarada, quando a ordem de emenda da inicial*

*para esse fim foi cumprida. O vencimento antecipado das obrigações contraídas não altera o termo inicial para a contagem do prazo prescricional da ação executiva, que se conta do vencimento do título, tal como nele inscrito. O contrato de financiamento habitacional encontra limite próprio, informado por legislação específica, que recepciona o sistema de prévia atualização e posterior amortização das prestações. O que se veda com a Tabela Price é sua utilização para burlar cláusulas contratuais, e cobrar índice de juros e reajuste acima do contratado, porque aí o equilíbrio estaria seriamente comprometido. Esse desequilíbrio contratual ocorre com a "capitalização mensal do saldo devedor", pois o correto é que seja previamente atualizado (fator de manutenção do poder de compra da moeda frente à espiral inflacionária) para que ocorra posterior amortização das prestações (Súmula 450/STJ). Logo, a capitalização mensal de juros do saldo devedor fica excluída, por destoar dos parâmetros técnicos de aplicação da Tabela Price, com isso os juros encontrados por meio da Tabela Price não podem ultrapassar o percentual (6% (seis por cento) ao ano) efetivamente contratado.*

*Primeiro recurso provido em parte. Segundo recurso não provido (e-STJ, fl. 420).*

Os embargos de declaração interpostos por OLÉSIA foram rejeitados (e-STJ, fls. 589/591).

Irresignada, OLÉSIA manifestou recurso especial com fundamento no art. 105, III, *a e c*, da Constituição Federal, apontando, além de dissídio, a violação dos arts. 189 e 206, § 5º, I, ambos do CC/02; e, 219, § 5º, do CPC/73.

As contrarrazões foram apresentadas (e-STJ fls. 618/624).

O recurso foi inadmitido na origem por incidência da Súmula nº 83 do STJ (e-STJ, fls. 637/639).

Ainda inconformada, OLÉSIA manifestou o presente agravo, em cujas razões, além de reiterar o apelo nobre, aduziu, em resumo, que a matéria foi apreciada pelo TJMG (e-STJ, fls. 654/658).

A contraminuta não foi apresentada (e-STJ, fl. 670).

É o relatório.

Decido.

A insurgência não ultrapassa sequer a barreira do conhecimento.

Inicialmente, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são inaplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado Administrativo nº 2, aprovado pelo Plenário do STJ na

Sessão de 9/3/2016:

*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.*

Consoante pacífico entendimento desta Corte, o agravante deve infirmar especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, demonstrando o seu desacerto, de modo a justificar o cabimento do recurso especial interposto, sob pena de não ser conhecido o agravo, não cabendo a impugnação genérica ou a reiteração das razões expostas no recurso especial.

Da leitura das razões recursais, observo que o inconformismo não se dirigiu de forma específica contra os fundamentos da decisão agravada, pois OLÉSIA não infirmou devidamente os seus esteios, deixando de refutar, de forma arrazoada, a incidência da Súmula nº 83 do STJ.

Isso porque, ***não basta, para afastar o óbice da Súmula nº 83/STJ, a alegação genérica de que o acórdão recorrido não está em consonância com a jurisprudência desta Corte, devendo a parte recorrente demonstrar que outra é a positivação do direito na jurisprudência desta Corte, com a indicação de precedentes contemporâneos ou supervenientes aos referidos na decisão agravada*** (AgRg no AREsp 238.064/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, DJe 18/8/2014).

Ressalte-se ainda que a Súmula nº 83 desta Corte ***abrange os recursos especiais interpostos com amparo nas alíneas a e/ou c do permissivo constitucional*** (AgInt nos EDcl no AREsp 1.089.431/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, julgado em 17/4/2018, DJe 20/4/2018).

Assim, não tendo o recurso impugnado especificamente todos os fundamentos da decisão recorrida, é o caso de incidir o art. 544, § 4º, I, do CPC/73.

A propósito, vejam-se os seguintes julgados:

***AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA QUE MANTEVE A INADMISSÃO DO RECURSO ESPECIAL. APLICAÇÃO, POR ANALOGIA, DA SÚMULA 182/STJ. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE, QUE IMPÕE O ATAQUE ESPECÍFICO AOS FUNDAMENTOS. PLEITO DE REEXAME DO CONTEXTO***

*FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO NÃO REBATIDO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO ORA AGRAVADA. RECURSO NÃO PROVIDO.*

*1. O agravo em recurso especial que objetiva conferir trânsito ao recurso especial obstado na origem reclama, como requisito objetivo de admissibilidade, a impugnação específica aos fundamentos utilizados para a negativa de seguimento do apelo extremo, ônus do qual não se desincumbiu a parte insurgente. Aplicação, por analogia, da Súmula 182/STJ.*

*3. [...]*

*4. Agravo interno não provido.*

(AgInt no AREsp 964.429/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, DJe 16/9/2016 - sem destaque no original)

*AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. ADMISSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DA DECISÃO AGRAVADA. ART. 544, § 4º, I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.*

*1. Incumbe ao agravante infirmar especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, demonstrando o seu desacerto, de modo a justificar o cabimento do recurso especial interposto, sob pena de não ser conhecido o agravo (art. 544, § 4º, I, do CPC).*

*2. [...]*

*3. Agravo regimental não provido.*

(AgRg no AREsp 238.064/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, DJe 18/8/2014 - sem destaque no original)

Nessas condições, **NÃO CONHEÇO** do agravo.

Inaplicável ao caso a majoração de honorários.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra este julgado estará sujeito às normas do NCPC, inclusive no que tange ao cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º).

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator

